



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9542

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Valdecy Contador

Data: 03/03/2020

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 26/2020. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Casa de Acolhimento Nossa Senhora Rosa Mística”. (Referente à Lei nº 5.251, de 18/03/2020).

Controle Interno – Caixa: 25.14

Posição: 24

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade pública
CX: 25.14
Ordem: 24
nº fls: 51



nº 21/2020

17.03.2020

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 5.251, de 18/03/2020

PROJETO DE LEI Nº 26/ 2020

AUTOR:

Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira

ASSUNTO:

**Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a
Associação Casa de Acolhimento Nossa Senhora Rosa Mística.**

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 03/03/2020
- 2 - Comissão Legislação e Justiça.
- 3 - **ANUVA DO EM REGIME DE URGENCIA**
- 4 - **EM - 17-03-2020**
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

AS
COMISSÃO
03 03/2020
V. F. F.

PROJETO DE LEI Nº 26/2020


Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros-Minas Gerais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica considerada de **Utilidade Pública Municipal** a Entidade Civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO CASA DE ACOLHIMENTO NOSSA SENHORA ROSA MÍSTICA**, inscrita no CNPJ sob o nº **30.103.997/0001-76**, com sede na **RUA OLIMPIO DIAS DE ABREU, 513, JARDIM SÃO LUIZ, CEP: 39.401-049**, neste Município de Montes Claros – MG.

Artigo 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 02 de Março de 2020.


Valdecy Fagundes de Oliveira
Vereador



88

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 03 DE MARÇO DE 2020

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URBANIZAÇÃO
EM 17 DE MARÇO DE 2020

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 26/2020 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública à Associação Casa de Acolhimento Nossa Senhora Rosa Mística”, de Autoria do Vereador Valdecy Fagundes de Oliveira.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública à Associação Comunitária dos Moradores do Sol Nascente.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 04 de março de 2020.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 26/2020

AUTOR: Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Casa de Acolhimento Nossa Senhora da Rosa Mística”.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 04/03/2020 com entrada na Sala das Comissões no dia 05/03/2020.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Casa de Acolhimento Nossa Senhora da Rosa Mística.

Nos termos do estatuto, a referida associação, tem dentre outros, os objetivos de promover atividades de relevância pública e social, a promoção da pessoa em situação de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal: acolhimento, serviços de assistência social e proteção à saúde nos serviços de apoio criados pela associação.

Importante ressaltar que a Comissão reuniu-se com representantes da referida entidade, os quais explicaram sobre o trabalho a ser desenvolvido, com especial atenção ao acolhimento de mulheres em situação de rua.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos legais previstos em lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 10 de março de 2020

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice- Presidente: Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Relator: Ver. Martins Lima Filho :